

CRISE: Advogados de senador baiano entregam defesa insistindo que não houve ilícito na violação do painel

ACM mantém ofensiva para fugir da cassação

O relator Saturnino Braga anuncia que incluirá em seu relatório a punição a ser aplicada aos dois senadores

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. Apesar do momento delicado que pode levá-lo a ter seu mandato cassado, o senador baiano Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não se dá por vencido. Pelo contrário, faz questão de divulgar as mensagens de solidariedade que tem recebido, especialmente de seus conterrâneos, e encaminhou ontem sua defesa ao relator do Conselho de Ética, Saturnino Braga (PSB-RJ).

Entre os argumentos apresentados pelos advogados Luiz Vicente Cernichiaro e

Márcio Thomaz Bastos para inocentar Antonio Carlos está o fato de que o resultado da votação que cassou o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) não foi alterado, apesar da violação do painel.

“Não houve dano para a decisão que cassou Estevão”

— Como não houve dano nem risco para a integridade da decisão do Senado que cassou o senador Luiz Estevão, não foi caracterizada a ofensa ao decoro. Além disso, é necessário se empregar o princípio da proporcionalidade no caso ocorrido. Há de

se fazer uma comparação de condutas. Não se pode comparar a violação com um homicídio ou crime hediondo — disse Cernichiaro, explicando que não havia ilícito e, por isso, estavam pedindo o arquivamento do processo.

O relator do processo no Conselho de Ética, Saturnino Braga, adiantou, no entanto, que pretende incluir a punição tanto de Antonio Carlos como do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) em seu relatório.

— Preciso definir a punição pois, dependendo de qual seja, ela terá encaminha-

mentos diferentes — disse Saturnino, sem adiantar qual seria.

“É lógico que posso pedir a cassação dos senadores”

Saturnino Braga chegou à conclusão de que não procedem interpretações de que ele poderia se concentrar apenas na quebra do decoro, ficando para a Mesa do Senado a tarefa de encaminhar ao Conselho de Ética um processo de cassação por quebra de decoro, ou outra pena intermediária.

— Se eu concluir que houve quebra de decoro, é lógico

que posso pedir a cassação dos senadores — ressaltou Saturnino, confirmando que entregará seu parecer no prazo marcado.

Contrariando seu próprio estilo, de sempre falar abertamente o que pensa, o senador baiano Antonio Carlos Magalhães tem andado silencioso e evitado entrar em novas polêmicas. Ele somente demonstra descontração diante das demonstrações de apoio e de solidariedade que vem recebendo, como a de ontem, por parte dos representantes de Associações de Bairros de Salvador.

O manifesto apresentado pelo grupo e encaminhado aos senadores membros do Conselho de Ética pede que “o senso de justiça prevaleça e evite que um senador com tantos serviços prestados à Bahia venha a sofrer punição incompatível com a verdade dos fatos”.

“A cassação de ACM será a cassação da Bahia”

— A cassação de Antonio Carlos Magalhães vai ser a cassação da Bahia — salientou Tapuacy Costa, da Comunidade São Caetano de Salvador. ■